



A EDUCAÇÃO CARCERÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PRISON EDUCATION IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Jaéli Fátima da Silva¹

RESUMO: Este artigo tem o propósito de compreender como ocorre a prática docente dos professores no sistema carcerária. Para tanto, foi necessário entender como ocorre o processo de admissão dos professores; identificar qual é formação continuada para essa prática pedagógica; e, verificar a contribuição do educador para a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, nos possibilitando adquirir informações mais aprofundadas, de forma que possibilitou descrever o assunto a partir da coleta de dados. O grande questionamento se na formação do curso de pedagogia somos habilitados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que possibilita a atuação dentro dos presídios também, por que não há um aprofundamento nessa área durante a formação acadêmica? Assim as políticas públicas já existentes dentro dessa área também podem fazer sua parte trazendo para os profissionais mais formações que os ajudem a trabalhar uma boa ressocialização para esses alunos privados de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação carcerária, professor, preconceito, ressocialização.

ABSTRACT: This article aims to understand how the teaching practice of teachers occurs in the prison system. Therefore, it was necessary to understand how the process of admission of teachers occurs, to identify what is the continuing education for this pedagogical practice, to understand the educator's contribution to the ressocialization of individuals deprived of freedom. The research approach was qualitative, allowing us to acquire more in-depth information, in a way that made it possible to describe the subject from the data collection. The big question is whether in the formation of the pedagogy course we are qualified for the Education of Youth and Adults (EJA) and that it allows the performance inside the prisons as well, why is there not a deepening in this area during the academic formation? Thus, the public policies that already exist within this area can also do their part by bringing professionals more training that will help them to work a good re-socialization for these students deprived of freedom.

KEYWORDS: Prison education. Teacher. Prejudice, Resocialization.

¹ Acadêmico/a do curso de Pedagogia - Centro Universitário Municipal São José/SC. E-mail: jaelli.silva@aluno.usj.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o propósito de compreender como ocorre a prática docente dos professores no sistema carcerária. Para tanto, foi necessário entender como ocorre o processo de admissão dos professores, identificar qual é formação continuada para essa prática pedagógica; e, verificar a contribuição do educador para a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade.

A educação é um direito que pertence a todos, inclusive, às pessoas privadas de liberdade, isto é, aquelas pessoas que se encontram no sistema carcerário. Sendo assim, tem seu respaldo teórica nas leis que amparam a educação dentro desse sistema, juntamente com o profissional que atua nesta área. FREIRE (2017, p. 59) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder aos outros”.

Dentro dessa perspectiva, sabemos que em muitas penitenciárias existem investimento na educação, regido por essas leis, mas um fator que acaba ficando escondido é como isso é inserido na vida dos presos, visto que muitos desses jovens e adultos que estão ali vem de uma realidade bastante marginalizada e que por muitas vezes, implementar qualquer forma de regra em seu cotidiano, acaba sendo frustrante e difícil. Neste quesito, observamos que introduzir a educação para presos é uma tarefa árdua e desafiadora, pois além de passar os conteúdos disciplinares, os professores precisam entender o histórico daquele sujeito.

O professor que trabalha no sistema carcerário tem condições de nos mostrar em detalhes as suas vivências, suas estratégias e os seus desafios, evidenciando como ocorre a rotina dentro de uma sala de aula para estudantes com privação de liberdade.

Por isso é essencial entender como ocorre o processo de formação do professor para atuar dentro do sistema carcerário. Essa é uma das curiosidades que fez com que este trabalho seja desenvolvido, procurar saber sobre as dificuldades e desafios encontrados durante essa caminhada. O que também evidencia r que a educação pode ser adquirida em qualquer espaço, mesmo sendo em um presídio. Defendemos a ideia de que o professor é um dos maiores transformadores da sociedade, por isso, este trabalho procura dar visão para esse profissional que atua na área do sistema carcerário, identificando cada etapa desse processo e colocando o professor como o principal

Revista Gepesvida

personagem deste trabalho.

Nossa sociedade ainda tem muito preconceito, quando se fala de educação carcerária, as reações, são as mais diversas, e o profissional que atua nessa área pode ser extremamente desvalorizado por isso. Então a ideia de analisar essa temática veio em virtude do desconhecido, pelo fato de nunca ter visto ou ouvido falar sobre o papel do professor dentro de uma sala na cela. E, evidenciar essa temática, vai fazer com que muitas pessoas compreendam um pouco do que ocorre de fato na formação docente desses professores. Essas ideias foram o combustível para procurar saber como ocorre esse processo e o porque ele não é discutido no curso de pedagogia, sendo que é uma área muito importante para sociedade, pois, é por meio da educação que iremos transformar o sujeito que não teve oportunidades, ajudando-o a reaprender a conviver em sociedade. Por isso questiona-se, por que não dar voz e visão para esses docentes?

Diante do exposto passou então a existir uma hipótese consistente, de que a educação vinculada ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), proporcionada dentro do universo em questão, auxilia no (re)-conhecimento e (re)-construção da identidade do preso-estudante. A intenção da pesquisa é legitimar essa hipótese e analisar seus benefícios para sociedade, tendo como foco norteador a visão dos educadores que atuam neste espaço, verificando por meio de dados estatísticos a contribuição da educação com a questão da reincidência ao sistema prisional.

As prisões foram sendo concebidas como espaços de isolamento, vigia e punição do sujeito fora dos padrões da sociedade. Condenando o apenado ao isolamento social e apresentando-o como um sujeito sem direitos, haja vista a concepção da sociedade de “recuperação” dos condenados, considerando-o como um sujeito “doente” que aspira cuidados e correções. “O essencial da pena que nós, juízes, infligimos não creiais que consista em punir; o essencial é procurar corrigir, reeducar, <<curar>>; uma técnica de aperfeiçoamento recalca na pena, a estrita expiação do mal [...] (FOUCAULT, 1999, p. 14). Assim é possível entender que o condenado é um sujeito que perde, troca e muda suas identificações. Acreditamos que a educação proporcionada dentro deste espaço tem seu escopo lesado, pela estrutura de vigilância, punição e controle, do sistema prisional, impedindo o trabalho educativo. Para Onofre (2007, p.3), “A prisão dificulta os esforços em favor da ressocialização”.

Revista Gepesvida

Para Freire (2017, p.16), “formar é muito mais do que treinar o educando no desempenho de destrezas.”. A educação voltada à formação do sujeito tem a capacidade de desconstruir e romper paradigmas, fazendo com que preso-estudante ao se (re)-conhecer e (re)construir, transcenda a barreira da reprodução da dicotomia social e transforme a sociedade.

Com o intuito de romper modelos, é que compartilhamos do mesmo pensamento de Freire (2017), a partir da desconstrução de paradigmas e estereótipos que compõem o universo pesquisado.

O grande nicho da atuação do professor como mediador do processo de ensino aprendizagem dentro do cárcere é a disposição de engendrar e auxiliar no preso-estudante a compreensão de sujeito histórico, agente construtor, participativo e transformador da sociedade, aproveitando-se do seu papel de ser um dos poucos com quem o preso pode conversar francamente dentro da prisão. Para ONOFRE (2007, p. 9) “o aprisionado aponta a escola como um espaço onde se sente mais livre, onde conversa com os colegas de todos os pavilhões e com os professores, em quem confia.”.

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. (FREIRE, 2017, p. 38.)

Deste modo é que se sentiu a necessidade da elaboração desta pesquisa, com o intuito de romper com o paradigma da repressão, vigia e punição dentro do cárcere, compreendendo que o homem preso precisa se (re)-conhecer, (re)-construir como sujeito, e percebendo que a sala de aula é o único lugar dentro do sistema prisional que o preso não é apenas um número dentro da sala de aula, Esse sujeito tem sua identidade reconhecida pelos seus colegas de classe e pelos docentes e profissionais que nela atuam.

A partir de algumas informações que foram surgindo no decorrer da formação do curso de Pedagogia foi se percebendo que a área de educação carcerária é pouco falada e que não há informações atualizadas referentes ao trabalho do professor atuante nessa área, por isso surgiu o grande questionamento se na formação do curso de pedagogia somos habilitados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que

Revista Gepesvida

possibilita a atuação dentro dos presídios também, por que não há um aprofundamento nessa área durante a formação acadêmica?

Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas históricas que dêem origem a possibilidades de mudanças. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos (as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade. (FREIRE, 2001, p. 35).

Pensando nessa perspectiva surge nosso maior questionamento Qual é a importância do professor na ressocialização do preso? Não sabemos desses professores até buscar por informações por conta própria, por isso a problemática levantada nesta pesquisa se refere ao professor, sendo que ele é o princípio da educação e é por meio dele que o conhecimento ganha asas.

Na construção da pesquisa científica, foi necessário desenvolver um método que orientasse a busca pelo caminho da pesquisa. O método é uma ferramenta que pode ser operada de acordo com a definição do objetivo a ser alcançado e o caminho a ser percorrido ao longo do processo de pesquisa. A busca começa,

[...] geralmente, pela escolha do método. Essa escolha deve ser justificada e até mesmo discutida; se forem consideradas várias possibilidades, procura-se então dizer que vantagens particulares poder-se-ia esperar do método escolhido. Essas considerações, que são então da ordem da reflexão sobre o método, levam o pesquisador a falar de metodologia — o estudo dos princípios e métodos de pesquisa — e não do método propriamente dito (LAVILLE, DIONNE, 1999, p. 244).

Por acreditar na relevância dessa pesquisa, principalmente pelo fato da quebra de padrões que esta temática vai nos colocar em relação a EJA para pessoas privadas de liberdade, é que devemos reconhecer a importância desse estudo para a comunidade acadêmica. “O pesquisador deve, assim, atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada, pois um aspecto supostamente trivial pode ser essencial para a melhor compreensão do problema que está sendo estudado” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, nos possibilita adquirir informações mais aprofundadas, de forma que possibilitou descrever o assunto a partir da coleta de dados. Quanto a sua abrangência ela foi descritiva, pois busca entender detalhes sobre o assunto em questão e os problemas decorrentes deste.

Revista Gepesvida

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. (GIL, 2010, p. 28).

A pesquisa qualitativa proporciona um entendimento mais detalhado dos fatos, tendo em vista que os critérios de análise dos dados não são numéricos nem exatos, mas sim valorativos, ou seja, “[...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos.” (LAKATOS, MARCONI; 2005, p. 269).

Esta pesquisa foi de natureza básica sendo uma pesquisa diagnóstica na qual esse tipo de pesquisa visa estabelecer quais fatores que estarão envolvidos em uma determinada “cena”, buscando entender quais são suas características e quais são os seus significados, a fim de gerar uma compreensão sobre o contexto do objeto de pesquisa, para tomar uma decisão com base nas informações coletadas e analisadas.

Diante da natureza deste trabalho, abordamos um professor(a) que atua na rede de ensino do sistema prisional do estado de Santa Catarina, entrevista semi-estruturada, e como estamos passando por uma pandemia e precisamos manter o distanciamento social, a entrevista foi feita via telefone celular utilizando da rede social Whatsapp.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação carcerária é vista com muito preconceito ainda entre nós, mas, porque não há informações disponíveis para sociedade entender o que ocorre de fato dentro desse sistema de cárcere. O que sabemos apenas é que segundo a Constituição Federal de 1988 do Art. 205. Que diz. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s.p.). Mas, só este artigo não é o bastante para que a educação de jovens e adultos privados de sua liberdade seja vista com outros olhos, por isso, primeiro de tudo devemos entender como ocorre o sistema carcerário por meio das leis que são sancionadas, e ver como podemos dar visão para essa

Revista Gepesvida

educação tão marginalizada em nossa sociedade.

Como já foi mencionado, todo cidadão, não importando seus atos tem o direito à educação de qualidade procurando sempre proporcionando o respeito e a dignidade de seus estudantes, então a Lei N° 7.210, de Julho de 1984, assegura no seu Art. 1° dizendo que, “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. no qual vai assegurar também no seu Art. 17. “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”. Juntamente com o Art.21-A. que diz:

O censo penitenciário deverá apurar: I - o nível de escolaridade dos presos e das presas; II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos; IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo; V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas. (BRASIL, 1984, s.p.)

Esses artigos destacados da Lei N° 7.210, de Julho de 1984, estão dão ênfase nos direitos dos detentos e mesmo estando em lei o preconceito existe, mas não porque a sociedade não aceita, e sim pelo fato do desconhecido, esse assunto não é falado com frequência, apenas ouvimos dizer que “bandido bom é bandido morto” ou trancafiado em uma cela, o que se destaca nas redes de televisões, nos jornais, na internet e nas escolas consideradas “normais”, é apenas o debate da opressão, dos erros, dos delitos e que essas pessoas serão trancafiadas em uma cela por determinados anos, não há fala sobre como esse preso pode voltar a vida em sociedade, se a algum processo de aprendizagem para a ressocialização, se há obrigatoriedade para os detentos estudarem, é por livre e espontânea vontade? Qual é o processo a seguir para um professor poder dar aulas em sistema prisional? O processo seletivo? Qual a carga horária? Existe alguma formação? Quais são as limitações o que pode e não pode dentro de uma sala na cela.

Essas questões direcionam para pensarmos no passo a passo que detentos e professores enfrentam no seu dia a dia, buscando mostrar todos os desafios, dando um pouco de informação para você leitor. A partir desses questionamentos, iremos buscar na história, como se iniciou a educação de jovens e adultos do sistema carcerário do estado de Santa Catarina.

Revista Gepesvida

Segundo Duarte (2002) podemos ver que, em algumas prisões já havia um atendimento educacional não especializado, sendo esse um dos primeiros recursos de oferta de educação que foi realizada, dentro dos presídios e teve início por voluntários ligados a associações religiosas, que faziam algumas assistências para essas pessoas privadas de liberdade. O objetivo dessas associações era ensinar o básico da leitura ao sujeito para que ele tivesse interesse em ler a bíblia e, assim, se tornar uma pessoa melhor.

Entendo estas ações podemos ressaltar a fala de Paim (1997, p 16) que diz a respeito da religião:

[...] a religião é, portanto, essencialmente, e ainda prescindindo de qualquer esquematização ética, uma obrigação íntima que se impõe à consciência e que, por sua vez, a consciência sente; e obediência e serviço, que são devidos, não pela coação do poder, mas por espontânea submissão ao valor santíssimo.

A partir daí, há registros que em 1974 na antiga Penitenciária chamada Pedra Grande que teve sua inauguração no dia 21 de setembro de 1930, que hoje é conhecida como Penitenciária de Florianópolis, foi que se tem relatos de que haveria escola dentro do presídio para os detentos que ali cumpriram suas penas, só pelo fato do grande número de não alfabetizados que ali estavam na época. No caso, a educação era inserida nesses locais apenas com o objetivo de alfabetizar o indivíduo.

No ano de 1987 foi que o governo disponibilizou quatro tipos de cursos para os detentos, nos quais são; Alfabetização, Nivelamento, Supletivo de Ensino Fundamental e Supletivo de Ensino Médio, sendo que os cursos de supletivos citados eram com objetivo preparatórios para a realização dos exames como forma de oficializar o certificado.

Na década de 90, a partir da implementação da LDB nº 9.394/96, o ensino até então chamado de supletivo tornou-se a modalidade de educação de jovens e adultos, passando a fazer parte da modalidade da educação básica, foi aqui que a educação de jovens e adultos foi disponibilizada para as escolas prisionais, aumentando a oferta nesses espaços por meio de uma aliança entre a Secretaria da Justiça e Cidadania e a Secretaria da Educação, a partir dessa transformação de supletivo para EJA a educação Carcerária ganhou muitos recursos, um deles seria o espaço físico e professores habilitados, que por sua vez, atuariam nas seguintes áreas Ensino fundamental 1- anos

Revista Gepesvida

iniciais, Ensino fundamental 2- anos finais e Ensino médio, colocando a educação desses jovens e adultos para seguir o mesmo processo de educação básica da educação regular.

A educação voltada à formação do sujeito tem a capacidade de desconstruir e romper paradigmas. Para FREIRE (2017, p. 25), “é neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado.”

Desta forma, auxiliar o reeducando na busca pela sua autonomia crítica transformamos a sociedade, para FREIRE (2017, p. 67) “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”, sendo este o desafio precípua do educador do espaço prisional.

Neste viés, é que educar é mais que adestrar o preso estudante, é auxiliá-lo em seu processo de tomada de consciência e ampliar seus conhecimentos apresentando novos referenciais. Onofre (2007) cita que,

Ao chegar à prisão, o sentenciado traz uma concepção de si mesmo formada ao longo de sua vivência no mundo doméstico. Nesse momento, ele é totalmente despido de seu referencial, pois ao entrar na prisão o sentenciado é desvinculado de todos os objetos pessoais, desde roupa até os documentos.”. (ONOFRE, 2007, p.3)

No interior da prisão, o processo de ensino e aprendizagem torna-se ainda mais dificultoso. Segundo Onofre, (2007, p. 3) “como pode o homem encontrar significado numa escola nesse espaço arquitetônico de violência, onde a rede de relações internas o despersonaliza e o anula?”

No Brasil os déficits do atendimento no ensino resultaram, ao longo de anos, um número expressivo de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação como um todo, não ficando o sistema prisional indiferente a esta afirmação.

A Constituição Federal, em seu artigo. 208º parágrafo 1º, cita: “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito direito público subjetivo, e seu não-oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.”

A Lei de Execução Penal – LEP (1984) em seu artigo. 10 cita: “ A assistência ao preso e ao interno é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”, bem como em seu artigo. 11, IV cita: A

Revista Gepesvida

assistência será: educacional;”.

De acordo com a Lei de Execução Penal – LEP (1984), em seu artigo. 17 cita: “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do interno”.

Nestes termos, é que na Penitenciária Masculina de Florianópolis, os apenados daquele espaço, puderam ter acesso ao processo educativo que lhes é de direito, com a implantação da Educação de Jovens e Adultos – EJA, disponibilizado pela Secretária Estadual de Educação em parceria a Secretaria de Justiça e Cidadania.

A escola da prisão conta com professores cedidos pela Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina, que atuam diariamente com os apenados daquele espaço.

2.1 HISTÓRICO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

A Penitenciária de Florianópolis foi construída na década de 1920, sendo chamada inicialmente de Penitenciária da Pedra Grande. Situada na Rua Delminda da Silveira, no bairro Agronômica, área urbana do Município de Florianópolis, foi inaugurada em 1930. De acordo com Andrade e Sebalhos (2007),

Atualmente a Penitenciária de Florianópolis, localizada ainda no mesmo endereço, mantém aproximadamente 1200 homens internos cumprindo pena nos regimes fechado e semi-aberto e conta com diferentes tipos de serviços, distribuídos em cinco gerências e um setor responsável, especificamente, pela segurança da instituição, são elas: Gerência de Apoio Operacional, Gerência de Revisões Criminais, Gerência de Execuções Penais, Gerência Agroindustrial e Gerência de Saúde e Promoção Social.(ANDRADE e SEBALHOS, 2007, p. 17)

A Escola Supletiva da Penitenciária de Florianópolis iniciou suas atividades educacionais no ano de 1975, criada pelo então Deputado Estadual, Salomão Ribas Júnior, sendo reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, somente, doze anos mais tarde, no ano de 1987. O Setor de Ensino é vinculado à Gerência de Saúde e Promoção Social. Vinculados a esta gerência estão os setores de Psicologia e Saúde, este último responsável pelos atendimentos médicos e odontológicos dos internos.

Os estudantes matriculam-se de forma espontânea, porém sua matrícula só é efetivada após o crivo do Chefe de Segurança, este, coordenador de todo o sistema interno de segurança no interior do estabelecimento prisional. Segundo Andrade e

Revista Gepesvida

Sebalhos (2007),

Especificamente, no que concerne ao trabalho pedagógico, todas as atividades planejadas pela escola, bem como o uso de materiais didáticos diversificados, necessitam de autorização prévia do setor de segurança, o que, muitas vezes, limitam as possibilidades educacionais para uma proposta que contemple, efetivamente, as necessidades dos estudantes apenados. (ANDRADE e SEBALHOS, 2007, p. 18).

O funcionamento da Escola Supletiva da Penitenciária Masculina de Florianópolis se dá por meio de convênio entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e Secretaria de Estado da Educação, sendo vinculada ao Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA. Visando a reinserção dos reclusos daquele espaço que romperam com o pacto social, tem como escopo à ideia de ressocialização daquele apenado cumpridor da pena imposta pelo Estado.

Neste viés é que a educação possui fator impar na ressocialização. Mais que uma forma de oportunidade, a educação liberta o homem preso. Para Onofre (2007, p. 9) “buscar a escola para ampliar conhecimentos é uma maneira de resistir ao processo de perdas a que a prisão submete o indivíduo”. Assim, dentro da sala de aula, o cativo, número, é visto como sujeito, que busca expandir seus saberes. O fato é que à falta de escolaridade da massa carcerária é um dos fatores preponderantes da reinserção do sujeito egresso no mercado de trabalho, bem como a busca por uma nova oportunidade de vida, culminando na reincidência ao sistema penal. Segundo Julião (2007),

O perfil dos presos reflete a parcela da sociedade que fica fora da vida econômica. É uma massa de jovens, pobres, não-brancos e com pouca escolaridade. Acredita-se que 70% deles não chegaram a completar o Ensino Fundamental e cerca de 60% tem entre 18 e 30 anos — idade economicamente ativa. (JULIÃO, 2007, p. 4)

Na sala de aula o preso-estudante tem a oportunidade de (re)-construir, (re)-conhecer sua identidade, cabendo ao professor à mediação neste processo. Para Onofre (2007, p.10), “A escola na prisão é apontada pelo estudante como um espaço fundamental para que se possa fazer valer seu direito à cidadania, e aprendizagem da leitura e da escrita essencial para que seja adquirido um mínimo de autonomia”. Deste modo os reeducandos, presos-estudantes matriculados na Escola Supletiva da Penitenciária Masculina de Florianópolis, descobrem e redescobrem outros referenciais, diferentes daqueles vividos antes do cárcere ou fora da escola da prisão.

Revista Gepesvida

A escola é um espaço onde as tensões se mostram aliviadas, o que justifica sua existência e seu papel na ressocialização do aprisionado. Inserida numa ordem que “funciona pelo avesso”, oferece ao homem preso a possibilidade de resgatar ou aprender uma outra forma de se relacionar, diferente das relações habituais do cárcere, contribuindo para a desconstrução da identidade de criminoso. ONOFRE (2007, p. 14)

No interior do espaço de saber prisional o estudante preso tem a oportunidade de transformar e (re)identificar seus objetivos de vida. É nesse espaço que o preso-estudante vai refletir sobre o que fizeram, vão analisar suas vidas e começar a ter uma nova perspectiva para o seu futuro, por meio da educação que eles começam a ver que são sujeitos históricos e que cada um deles tem sua importância na sociedade.

2.2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário pode ajudar muito no processo de ressocialização dos presos. Mas, devemos tomar cuidado com a forma em que é ofertada essa educação, pois, a metodologia usada na educação regular não pode ser a mesma usada na educação prisional, pelo fato do sujeito que ali se encontra necessitar de uma educação especial, com um olhar voltado para a sua realidade de cárcere, com uma metodologia que o faça refletir, que o ajude a restaurar os estigmas da sociedade e o permita se libertar da falta de conhecimento.

Antes de se pensar em educação nos espaços prisionais, deve se pensar no profissional que vai atuar no interior deste espaço, Para Paiva (2007, p. 46) “esse é um primeiro e fundamental aspecto que cabe pensar quando se trata de discutir conteúdos e metodologias de projetos pedagógicos para apenados”.

Nos espaços prisionais, os docentes possuem diversas provações no que tange a evolução do saber. Nos dizeres de Paiva (2007, p. 46) “a prática pedagógica em condições adversas e ameaçadoras pode significar um desafio para muitos, impelidos a compreender as razões do cárcere e contribuir com processos de aprendizado para sujeitos privados da liberdade e do saber sistematizado”.

O professor que atua nessa área vai trilhar um caminho cheio de altos e baixos, e a dificuldade que ele encontra não é apenas o preconceito imposto pela sociedade, ele vai encontrar em cada caminhada dentro desse espaço uma barreira, barreira que vai

Revista Gepesvida

desde a dificuldade de utilizar determinados materiais pedagógicos até o medo de passar por algum conflito dentro dos presídios. Vai do profissional que ali está ficar atento na sua prática e buscar novas formas de didáticas aplicando uma educação de qualidade para passar o conhecimento aos seus estudantes, adquirindo a confiança deles e promover o devido respeito de ambas as partes. Perissé (2011, p. 31) relata que “[...] Sabemos que a educação de qualidade leva os estudantes a adquirirem “competências”, ou seja, conhecimentos somados a habilidades nos diversos campos do saber e também nos domínios da ética, da afetividade e da estética.

O professor é visto dentro do presídio por seus estudantes-presos como uma pessoa que pode ajudá-los em seus "delírios", ele ali dentro não é só um professor, acaba sendo amigo, psicólogo e por vezes pode até ser considerado da família, por isso, é de suma importância fazer com que haja um convívio saudável e acima de tudo preparar esse professor para tal tarefa. O professor que está dentro dos presídios precisa de mais informações sobre como lidar com essas situações para que consiga fazer a diferença na vida dessas pessoas. Por isso é muito importante que tenha uma formação continuada para esses professores, para que eles se sintam capazes de cativar seus estudantes da melhor forma possível.

O professor que ali exerce sua profissão ele já vai sabendo que as pessoas que ali estão precisam muito de um olhar acolhedor e por isso se colocando no lugar do outro, o amor pelo próximo é o que guia seus corações para resgatar o ser humano e mostrar que é possível trilhar outros caminhos.

4. ANÁLISE DE DADOS

A entrevistada respondeu um questionário que foi elaborado previamente e disponibilizado no dia em que ocorreu a entrevista. O presente estudo tem como propósito buscar o máximo possível de informações que o professor atuante desta área, enfrenta no seu dia-a-dia, buscando saber desde o início de sua trajetória como professor prisional, até sua rotina atual.

A palavra “propósito”, em latim, carrega o significado de “aquilo que eu coloco adiante”. O que estou buscando. Uma vida com propósito é aquela em

Revista Gepesvida

que eu entenda as razões pelas quais faço o que faço e pelas quais claramente deixo de fazer o que não faço. (CORTELLA, 2016, p.07).

A entrevista nos deu o prazer de entender um pouco mais sobre essa caminhada na educação em espaços de privação de liberdade. A participante da pesquisa é licenciada em História, especialista em Didática Psicopedagógica Interdisciplinar, Mestra em Ensino de História e, atualmente, acadêmica de Pedagogia. Ela nos deu algumas informações bastante relevantes para que entendêssemos como ocorre o processo para a ingressão na área de educação prisional.

Assim como já foi citado nesta pesquisa à entrevistada relatou também que o seu primeiro contato com o assunto educação prisional, foi por meio de uma colega que já integrava o quadro de professores nesta área da Grande Florianópolis. Ela diz que não havia tido contato, nem na primeira graduação, tão pouco nas pós. Aqui podemos dizer mais uma vez, que a educação prisional ainda está “invisível” na formação do curso de pedagogia e em muitas outras áreas de ensino.

Diante da fala da entrevistada podemos ver o quanto à educação carcerária precisa de voz nos espaços de formação acadêmica. Como vamos dar uma educação de qualidade e ajudar esses estudantes presos a ressocializar se nem a gente mesmo tem noção do como podemos participar dessa educação que é tão importante para a sociedade como um todo. É esse um dos objetivos desta pesquisa, mostrar a falta de conhecimento nessa área, não só a falta de conhecimento, mas a falta de informações para os professores que estão ingressando na educação e nunca nem ouviram falar da educação de jovens e adultos privado de liberdade.

O pedagogo que exerce sua profissão dentro do ambiente de uma prisão enfrenta diariamente inúmeras dificuldades, tanto na questão didática, falta de recursos, e, sobretudo questões internas do presídio, em relação aos funcionários que não valorizam esse trabalho, afirmam que os presos não precisam estudar que eles já tiveram as chances possíveis para isso lá fora, pois não acreditam na recuperação social do detento. Uma das maiores dificuldades que os pedagogos em horários de aula enfrentam dentro da penitenciária diz respeito a locomoção do detento até a sala de aula, isso porque vai depender da boa vontade dos carcereiros, que precisam ir buscar os presos nas celas e conduzi-los até a classe. E acima de tudo, o ambiente não é um dos mais favoráveis para se trabalhar atividades educativas (SANTOS. P 105. 2015)

O que podemos ver é que, ela já passou por todas essas etapas da sua formação e só foi ouvir falar de educação prisional por um colega, aí cabe a nós refletimos será

Revista Gepesvida

que essa falta de informação está correta? A educação prisional não é importante suficiente para ter voz na formação dos acadêmicos do curso de pedagogia? Por meio dessa problemática podemos começar a pensar em propostas para que as universidades possam estabelecer formação na sua matriz curricular dos cursos de pedagogia. Seria muito enriquecedor poder passar por um estágio na educação de jovens e adultos privados de liberdade, pois vai ajudar na escolha da área em que queremos de fato enegreças, iríamos ter motivações além do que buscamos no início das nossas graduações. Segundo (Cortella (2016, p. 26). “Um conceito-chave nessa percepção é: quem tem um motivo que o impulsiona consegue atingir a excelência”.

Nossa entrevista falou um pouco sobre a sua motivação para ingressar na área da educação carcerária. Ela nos conta que dava aulas na rede privada de ensino há sete anos e estava insatisfeita com a forma que grande parte das instituições particulares têm de lidar com os educandos: de maneira mercadológica, comentou também que estava passando por um momento de ressignificação da carreira profissional e que resolveu então fazer a prova de ACT voltada para espaços de privação de liberdade.

Ela relata que a educação por onde ela passou foi sempre em instituições públicas da pré-escola ao mestrado, por isso, seria uma maneira de retribuir de forma significativa. Na fala da entrevistada ela diz que “Vi inúmeros colegas de comunidade não terem espaço e/ou oportunidades que os auxiliassem em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Acredito que a educação para privados de liberdade seja uma nova oportunidade de chegar a esses sujeitos, excluídos historicamente, socialmente, politicamente e economicamente”. Podemos dizer que compartilho dessa mesma motivação. Conforme Onofre:

Dadas as características da prisão e a situação social dos sujeitos que nela vivem, torna-se imprescindível a compreensão do espaço onde a escola está inserida, a fim de estabelecer uma estratégia educativa que contemple a complexidade e a singularidade da instituição. A sociedade dos cativos se organiza em função de regras e códigos, o que nos leva a supor que estes produzem nos sujeitos efeitos em sua convivência diária, nas concepções sobre a realidade e em sua própria situação no âmbito da escola. A escola, mesmo inserida na prisão, é considerada uma instituição com responsabilidades específicas, que se distingue de outras instâncias de socialização e tem identidade própria e relativa autonomia. (2015, p.245)

Depois de descobrir que a formação do curso de pedagogia habilita, para a educação de estudantes privados de liberdade, abre-se uma pequena fresta para a

Revista Gepesvida

possibilidade e ingressar nessa área dentro da educação. Por isso, esta pesquisa impulsiona a descobrir mais sobre esse tipo de educação, e nossa querida entrevistada nos traz algumas falas que nos permitiu compreender alguns processos para alcançar esse caminho.

Uma das maiores curiosidades era saber como chegar até área, no caso teria alguma prova, concurso ou apadrinhamento? A entrevistada nos falou sobre, dizendo que para ingressar como professor lá dentro das escolas nos presídios era através de processo seletivo em atuação de caráter temporário (ACT) do estado voltado para espaços de privação de liberdade ela comentou que se clássico em primeiro lugar e no qual, esse mesmo processo seletivo está em vigência desde então.

Sempre que foi citado que o trabalho de conclusão de curso seria feito sobre a educação carcerária, sempre ouvimos a mesma pergunta ou o tivemos o mesmo julgamento. Dentro do presídio, como ocorrem as aulas? Você fica isolado (a) dos estudantes presos?

E por isso foi uma das perguntas que fiz na entrevista, no qual a resposta foi bem satisfatória. Segunda o depoimento da entrevistada:

“Depende do lugar. Já atuei em 4 presídios diferentes. Em alguns, ficamos separados por uma grade. Em outros, fico em contato com os estudantes. Certos espaços exigem que um agente prisional acompanhe as aulas. Em outros, ficamos sozinhos com os alunos”.

Voltando a questionar, será que estamos preparados o suficiente para área? Podemos pensar que, se na educação “normal”, já enfrenta diversos problemas, agora imagina em uma educação na qual é trabalhado dentro de um espaço de cárcere privado, o questionamento aqui é se a entrevistada teve algum apoio governamental para lecionar, no caso, teve algum acompanhamento educacional? Alguma formação continuada? Precisou se especializar de alguma forma? Qual foi a maior dificuldade? No relato da convidada para entrevista nos diz que, participou de dois congressos voltados para educação em espaços de liberdade. Ambos nacionais, feitos de forma remota, já durante a pandemia. Fora isso, precisou estudar por conta própria para poder traçar estratégia de ensino para esses indivíduos.

E que falta de formação acadêmica voltada para essa área; a falta de formação continuada por parte do estado; o boicote por parte dos demais profissionais que atuam

Revista Gepesvida

no sistema prisional; as péssimas condições dos espaços de trabalho foram os seus maiores desafios. Mas isso não a impede de nos dizer o que ela acredita quando se fala na importância de um professor prisional, segundo a entrevistada:

“O professor é visto como uma referência e uma figura de respeito pelos estudantes privados de liberdade. Os alunos, abandonados pelo Estado, pelo sistema, pelas famílias, veem os educadores como um suporte, um trampolim para sair da situação em que estão. Para além de ensinar conteúdos, somos, muitas vezes, uma ponte para o mundo exterior. Já recebi inúmeros relatos de estudantes que começaram a estudar nas prisões como uma forma de incentivar os próprios filhos a estudarem, mesmo que a distância. No meu caso, em específico, procuro como professora de história fazer com que esses indivíduos reconheçam o espaço que ocupam no mundo, sua identidade sócio-histórica e suas potencialidades enquanto sujeitos históricos, tanto em um contexto macro quanto em relação à própria história. Partindo desse princípio, os estudantes se apropriam de criticidade quanto sua própria realidade e podem, se quiserem, mudá-la”.

As falas da nossa entrevistada mostram que a formação para essa área está com grande falta de investimento educacional para os educadores, e que a falta de conhecimento na formação acadêmica é algo que também precisa ter um olhar especial. Apenas uma matéria do curso falou sobre a educação carcerária isso é algo para ser revisto e analisado, se somos habilitados precisamos de informações e bases para prosseguir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática levantada neste trabalho podemos ver que a educação em espaços com privação de liberdade, é um espaço que requer mais visão das polícias públicas, vimos o quanto faz falta a formação continuada para os educadores desta área, víamos a necessidade que há de informações para os acadêmicos que são habilitados, mas não fazem ideia que podem atuar nessa área. Podemos ver que as respostas encontradas nessa pesquisa só ampliou ainda mais o problema que há em relação a falta de informações e formações para nos estudantes do curso de pedagogia. Todas as hipóteses que foram levantadas na pesquisa foram realmente confirmadas e isso fez com que essa pesquisa se tornasse muito satisfatória. Podemos ver através da fala da entrevista como ocorre a prática docente dos professores no sistema carcerário no qual ela também contribuiu com a fala de como ingressou nessa área no caso, falou sobre

Revista Gepesvida

como ocorre o processo de admissão dos professores e nos deu uma breve fala de como teve sua formação continuada que por sua vez não teve apoio nem um, fez uma formação por conta própria. Nossa entrevista nos falou sobre a importância da ressocialização dos sujeitos privados de liberdade, e isso, nos mostra o por que devemos lutar por mais informações e formações para os acadêmicos que querem seguir essa carreira de professor carcerário.

Conversando com os mestres referenciados nesta pesquisa conseguimos refletir ainda mais sobre cada dúvida que surgissem durante a produção deste trabalho, foi muito bom ver que já se falava em educação prisional a anos atrás e que agora podemos buscar melhorias para os educandos e educadores que estão buscando por conhecimento e aperfeiçoamento para suas vidas e carreiras.

Para que a educação carcerária deixe de ser “invisível”, faculdades e universidades precisam dar mais informações para seus alunos colocando na grande acadêmica um estágio na educação carcerário, mostrando todas as possibilidades que um professor de educação prisional precisa ter e fazer para estar dentro desse meio tão pouco falado, colocando os estudantes para ver tudo na prática. Assim as políticas públicas já existentes dentro dessa área também podem fazer sua parte trazendo para os profissionais mais formações que os ajudem a trabalhar uma boa ressocialização para esses alunos privados de liberdade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. Beatris Clair, SEBALHOS. Delcimar Reis. **Um estudo da relação entre educação e trabalho na penitenciária de Florianópolis:** contradições e conflitos. Florianópolis, 2007.

BRASIL. **Lei n. 7210.** Código Penal, Código de Processo Penal, Constituição Federal. São Paulo: Saraiva. Disponível julho de 1984 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso 11 de out.2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_205_.asp Acesso 11 de out.2021.

CORTELLA. Mario Sergio. **Por que fazemos o que fazemos?** 1ª ed. São Paulo:

Revista Gepesvida

Planeta, 2016. 07p. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/58/o/Por_Que_Fazemos_O_Que_Fazemos_-_Mario_Sergio_Cortella.pdf Acesso 11 de out.2021.

DUARTE, Ivo, **o papel da religião no processo de reintegração do preso à sociedade**, contextualizando a penitenciária estadual de Londrina, ano 2002. Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_ivo.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 55ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra. 2017. 16p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.) São Paulo: Editora Unesp, 2001. 35p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 244p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso 11 de out.2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00239.pdf>. Acesso em: 26/01/2021.

ONOFRE, E. M. C. **Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado?** In: ONOFRE, E. M. C. (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p.11-28.

PAIM, Antonio. **Curso de Humanidades 4 - Religião: guias de estudo** / Antonio Paim, Leonardo Prota, Ricardo Vélez Rodriguez - Londrina: UEL. 1997.

PAIVA, Jane. **Conteúdos e metodologia: a prática docente no cárcere**. Programa 5. Salto Para o Futuro, Boletim 06, Maio 2007, p. 46 – 52. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/154418Educacaoprisional.pdf> Acesso em 11 de out.2021.

PERISSÉ, Gabriel. **Ler, pensar e escrever**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Revista Gepesvida

SANTOS, IVANETE APARECIDA DA SILVA. **Direitos humanos e educação escolar prisional: um estudo de caso na penitenciária estadual de cruzeiro do oeste'** 06/03/2017 164 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA, Cascavel Biblioteca Depositária: Unioeste - Campus de Cascavel, 2017.

SANTOS, Willian Lima. **O PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.** 2015. Revista Científica da FASETE. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2015/9/o_papel_do_pedagogo_dentro_do_sistema_penitenciario.pdf. Acessado em: 26/01/2021.

*Recebido em 12 de setembro de 2021
Aceito em 01 de dezembro de 2021*